

Homeopatia é objeto de dois estudos

ISABEL GARDENAL
bel@unicamp.br

Dois trabalhos de pós-graduação da Unicamp tomaram a homeopatia como universo de análise, apontando avanços e perspectivas na

especialidade médica que se firma no país com uma política nacional implementada em 2006. O primeiro estudo (de doutorado) – da médica homeopata Wania Galhardi, defendido na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) –

mostrou que influenciaram o crescimento da homeopatia a organização dos homeopatas para torná-la conhecida e a política para envolver os gestores de serviços. O segundo estudo, apresentado na Faculdade de Odontologia

de Piracicaba (FOP) pela farmacêutica Valéria Nogueira, concluiu que a homeopatia conta com grande aceitação dos profissionais das Unidades de Saúde da Família (USFs), que ainda persiste uma imprecisão conceitual sobre a homeopatia e

que os entrevistados indicariam a especialidade sobretudo para tratamento das rinites e alergias. Ambos os trabalhos convergem para a integralidade, indicando que a homeopatia e a acupuntura podem ser práticas complementares à alopatia.

Trabalho analisa alcance em SP

Foto: Divulgação

A pesquisa de Wania Galhardi apontou que, dos 645 municípios que integravam o Estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2007, 47 ofereciam atendimento homeopático no Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo com o pressuposto de que ela já estaria implantada nos serviços de saúde pública dos municípios de São Paulo, demonstrou-se que a oferta de atenção da especialidade exibiu comportamentos diversos: apresentou tendência ao crescimento de 14,6% de 2000-2007, enquanto diminuição de 0,6% no biênio 2006-2007. Dez municípios deixaram de atender com homeopatia e outros dez iniciaram o atendimento no período estudado.

Orientada pelo docente da FCM Nelson Felice de Barros, a autora analisou a oferta da homeopatia nos municípios do Estado. Como método terapêutico estudado por Samuel Hahnemann entre 1810 e 1842, a homeopatia é uma das práticas integrativas e complementares sugeridas pela Portaria 971 do Ministério da Saúde (2006) para ser implementada no SUS, embora já houvesse um código para registro de consultas homeopáticas no serviço público brasileiro desde 1999.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), esclarece ela, já vinha discutindo o valor da homeopatia desde 2001, pelos fatores hoje determinantes do processo saúde-doença, como os sociais, culturais, econômicos, ambientais e subjetivos. A OMS, comenta, mais percebe esta necessidade à medida que aumentam as doenças crônico-degenerativas no mundo e a população idosa. Um de seus documentos propunha que até 2005 os países deveriam adotar práticas



A médica homeopata Wania Galhardi: abordagem da homeopatia não é a mesma da fitoterapia

de medicina alternativa e complementar nos seus sistemas de saúde.

A homeopatia foi classificada como medicina alternativa até a década de 1990: ou se usava a biomedicina ou a homeopatia. Hoje é vista como complementar. Com isso, mesmo utilizando-se fármacos da biomedicina, é possível complementar esse tratamento com a homeopatia ou a acupuntura, a priori para as doenças crônicas, diabetes, tireoidopatias, etc.

Wania Galhardi acredita que ora a aceitação como complementar é maior pelos médicos homeopatas e usuários. No momento alguns homeopatas se dedicam à pesquisa científica, sobretudo nas linhas de depressão e alergias, buscando sempre demonstrar a sua eficácia.

O que não se notou até aqui, pontua a médica, foi um acréscimo de medicamentos homeopáticos no mercado. Ela esclarece que a abordagem da homeopatia não é a mesma da fitoterapia. Esta consiste no uso de vegetais para o tratamento das doenças e aquela adota técnicas para a produção do medicamento, cuja matéria-prima origina-se do meio animal, vegetal e mineral. Ela não tange só as substâncias novas, mas as já existentes.

Problemática

O Estado de São Paulo é o mais populoso do país, porém não conhecia a oferta da homeopatia nos serviços de saúde pública. Por isso, Wania Galhardi buscou os municípios que atuaram com a homeopatia de 2000 a 2007 por

meio do Sistema de Informação (Datatus) do Ministério da Saúde, onde se registra o código das consultas.

A homeopata notou como se comportou a produção de consultas. E os dados forneceram sustentação para suas conclusões. “Entre 2003 e 2005, foi o período de maior produção de consultas.” O que a intrigou foi que, após 2006, quando publicada a Política Nacional estimulando as práticas da homeopatia, o que aconteceu foi o inverso. Procurou descobrir por quê.

Ela entrevistou 42 gestores dos 47 municípios que atendiam com homeopatia, usando um questionário semiestruturado. A maioria deles desconhecia a política. Os gestores priorizavam a Estratégia Saúde da Família sem perceber que poderiam

ter homeopatas como médicos de família. Não atentaram que no Núcleo de Assistência à Saúde da Família poderia haver médicos homeopatas, como indica o Ministério da Saúde, contando com financiamento. “Desconheciam as portarias e priorizavam a demanda de pronto atendimento.”

Os colaboradores para o aumento do atendimento homeopático, situa a homeopata, foram apontados pelos entrevistados como a boa relação médico-paciente, a qualidade da atenção, o reconhecimento dos benefícios do tratamento, o aumento da carga horária e do número de médicos homeopatas no serviço. Contudo, a crença na demora do resultado do tratamento homeopático diminuiu a sua busca. O menor número de médicos, a não uniformidade no registro do código de atendimento e a falta de farmácia levaram à redução da produção de consultas.

Ao se pensar a homeopatia no SUS, avalia Wania Galhardi, tem-se a compreensão generalista da assistência médica homeopática como auxiliadora na otimização dos recursos disponíveis, como contribuidora para a maior abrangência das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. “Então, numa ação conjunta entre Ministério da Saúde, Estados, Municípios e instituições representativas da prática e do saber homeopático certamente se promoveria a assistência homeopática segura e de qualidade no SUS.”

Publicação

■ **Tese de Doutorado:** “A oferta da homeopatia no SUS dos municípios do Estado de São Paulo: diferentes atores, distintas institucionalizações”
Autora: Wania Maria Papille Galhardi
Orientador: Nelson Felice de Barros
Unidade: Faculdade de Ciências Médicas (FCM)

Aceitação de profissionais é avaliada

Foto: César Maia

A farmacêutica Valéria Aparecida dos Santos Nogueira desde os 15 dos seus 37 anos trabalha com a homeopatia. Bisneta de boticário, ela cedo vivenciou parte da inserção da especialidade no Brasil. Fazendo uma avaliação das perspectivas atuais, ela declara que há boas possibilidades de crescimento da homeopatia, mas que é necessário desfrutar dos avanços já em curso, como a Portaria 971 do Ministério da Saúde, que regulamenta Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS). “Não creio que ela por si dê conta disso. É preciso educação permanente”, diz, pois em sua pesquisa de mestrado constatou que os entrevistados a desconheciam. “Além disso, espera-se adesão dos profissionais e um processo dialógico com os usuários do sistema público, na busca do acesso e integralidade.”

A farmacêutica abordou no seu estudo, orientado pelo professor da FOP Fábio Luiz Mialhe, as representações sociais das equipes das Unidades de Saúde da Família (USFs) de Piracicaba. O intuito foi avaliar os conhecimentos, atitudes e práticas em relação às práticas integrativas e complementares, com ênfase na homeopatia. Para tal, foram entrevistados 70 profissionais das USFs da cidade, entre médicos, enfermeiras e dentistas.

Valéria Nogueira recorda que, na década de 1990, os médicos homeopatas eram vistos de forma estigmatizada no país. Começou a sua pesquisa de mestrado com essa visão. Mas foi testemunha das diferentes movimentações, inclusive da Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendando a sua implementação.



A farmacêutica Valéria Aparecida dos Santos Nogueira: busca do acesso e da integralidade

“Iniciativas acontecem quando as pessoas impulsionam a necessidade. Vimos na revisão bibliográfica que elas começaram a buscar alternativas para diminuir a medicalização, melhorar a qualidade de vida e manter a saúde”, expõe a pesquisadora.

Campo

A pesquisadora empregou um roteiro semiestruturado para as entrevistas. A pesquisa de campo aconteceu nas 34 Unidades de Saúde da Família de Piracicaba. Foi um estudo quali-quantitativo, transversal e do tipo censo. Lançou mão ainda de um pré-teste permeando cinco questões centrais: “quando se fala em homeopatia, qual é a primeira coisa que lhe

vem à mente?”; “o que você acha dessa alternativa de tratamento?”; “caso houvesse profissionais homeopatas na sua área de atuação, você os indicaria: se sim, para que casos você acha que o atendimento seria possível?”; “o que você achou do Ministério da Saúde ter aprovado em 2006 a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS?”; e “pensando nas práticas que a Portaria 971 engloba, se você pudesse aperfeiçoar e ampliar os seus conhecimentos através de um curso, qual você faria?”.

Os resultados da pesquisa indicaram que, ao falar da homeopatia em sentido amplo, o que vinha à mente do entrevistado era o fato dela ser bem aceita hoje, a priori na atenção primária, embora

muitos dos avaliados tenham produzido um distanciamento conceitual entre a homeopatia e a fitoterapia. Isso foi observado à luz da análise discursiva do sujeito coletivo, técnica usada em pesquisas de opinião com questões abertas, o que possibilitou compreender quem estava falando em homeopatia e quem em fitoterapia. Alguns, notou, se referiram a Hahnemann, às bolinhas, às gotinhas ou então à arnica e à tintura, misturando os conhecimentos. No entanto, a farmacêutica informa que dar uma resposta correta não fazia parte da proposta e sim investigar a representação social e teórica do arcabouço vivido pelos avaliados.

Na mesma pergunta, “caso houvesse profissionais homeopatas, você os indicaria (ou orientaria no caso

das enfermeiras)?”, a resposta de 68 entrevistados foi “com toda certeza”. Apenas dois entrevistados não a indicariam. “Os entrevistados são favoráveis e acreditam que a implementação desses serviços diminuiria a medicalização, sendo mais uma opção aos usuários”, revela Valéria Nogueira.

Além de ter surpreendido a farmacêutica a grande aceitação da homeopatia, outro fato que lhe saltou à vista foram as situações para as quais eles a indicariam. Foram apontadas as alergias e rinites, “onde realmente se notam vários benefícios”.

Entre outras questões, todos os entrevistados relataram que pretendiam realizar cursos de práticas integrativas e complementares em acupuntura, em fitoterapia e em homeopatia. Entendiam que o curso seria valioso para a assistência pública. Mas achavam que enfrentariam dificuldades, via de regra na formação de RH, finanças (com os pactos de gestão de saúde municipal) e aceitação pelo usuário, “pois tudo seria novo para ele”.

A autora concluiu dizendo que, além do preparo de pessoal, seria preciso existir uma educação democrática. A seu ver, poucos municípios acataram a Portaria 971, sendo que um de seus sentidos é a integralidade. Para a farmacêutica, também ajuda ter pessoas-chaves atuando na ponta do processo e com o envolvimento da população nos pactos, reuniões e conselhos da área.

Publicação

■ **Dissertação de Mestrado:** “Perspectivas da utilização da homeopatia em saúde coletiva: representações das equipes de saúde”
Autora: Valéria Aparecida dos Santos Nogueira
Orientador: Fábio Luiz Mialhe
Unidade: FOP
Financiamento: Capes/Proex